

“Mais um golpe contra a Educação”

Autor do artigo da Constituição que obriga o governo federal a investir 18% e os estados e municípios a aplicarem 25% de suas receitas tributárias em Educação, o senador João Calmon (PMDB-ES) considera as propostas da Fazenda “mais um golpe desferido contra a Educação pelos tecnocratas, que nunca aceitaram a vinculação de receitas”. Calmon aposta que o fim da vinculação não passa no Congresso e quer mais: já propôs aumento para 20% da vinculação no governo federal e 30% nos estados e municípios.

Não é a primeira vez que Calmon se indis-

põe com os economistas. Segundo ele, o ex-ministro Roberto Campos conseguiu extinguir a vinculação de 10% para a Educação no início do governo militar. Nas décadas de 70 e 80, enfrentou a oposição dos ministros Nei Braga e Delfim Neto. Sem vinculação, recorda o senador, o Brasil ocupava, no início dos anos 70, a 80^a posição no *ranking* de países cujos investimentos em Educação foram levantados pela Unesco. “O governo deveria cumprir a Constituição e aplicar no ensino básico e no ensino médio a metade das verbas para Educação”, cobra Calmon, de posse dos relatórios do Tri-

bunal de Contas da União (TCU) que atestaram irregularidades na distribuição de recursos em 1990, 91 e 92.

O Ministério da Educação não assume qualquer responsabilidade pelas propostas da Fazenda. De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Rodolfo Pinto da Luz, todas as emendas foram decididas exclusivamente pela equipe de Fernando Henrique. “As experiências anteriores, em períodos em que não havia vinculação, resultaram em analfabetismo e ensino de baixa qualidade”, disse o secretário.